

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Genealogia do governo e da economia política [Genealogy government and political economy]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Ruiz, Castor
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-08 18:06:22
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158558

Artigo

Genealogia do governo e da economia política. Uma leitura a partir de Foucault

Para o filósofo Castor Ruiz, o desejo de controlar a vida humana tornando-a “útil” e “eficiente” por todos os dispositivos de poder modernos faz com que a política se torne, cada vez mais, uma *biopolítica*

POR CASTOR RUIZ

Como governar a vida humana para se tornar útil e eficiente? Esta se tornou uma pergunta fundamental, e “uma das principais, senão a principal, característica dos dispositivos de poder modernos”, afirma o filósofo Castor Ruiz. Considerando “útil”, é claro, as práticas que mais dialogam com os interesses hegemônicos, o “problema novo que as sociedades modernas perceberam, principalmente no processo de surgimento do Estado e do mercado, era como governar os outros para conseguir resultados eficientes”. Este norteamento fez com que a política se tornasse, cada vez mais, uma *biopolítica* – uma técnica de governo da vida.

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É

pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana**, no qual Castor contribui com uma reflexão intitulada *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em <http://bit.ly/castor343>.

O professor Castor está ministrando o curso *Estado, governo e tecnologias biopolíticas: Foucault e Agamben*, cuja programação começou em 10 de março e segue até 30 de junho. Mais informações no link <http://bit.ly/CastorFeA>

Confira o artigo.

1. A noção de governo é clássica na filosofia política, porém o problema do governo só se tornou um tema e um problema central na modernidade a partir dos séculos XVI e XVII. O peculiar da noção moderna de governo é que foi construída na forma de *governo dos outros*. Ou seja,

o problema novo que as sociedades modernas perceberam, principalmente no processo de surgimento do Estado e do mercado, era como governar os outros para conseguir resultados eficientes. A pergunta de como governar a vida humana para se tornar útil e eficiente se transformou em uma

das principais, senão na principal, característica dos dispositivos de poder modernos. Isso tornou a política cada vez mais uma biopolítica, ou seja, uma técnica de governo da vida.

Este marco teórico da biopolítica moderna tem sido amplamente pesquisado desde diversas perspectivas

críticas por muitos e relevantes pensadores contemporâneos: Hannah Arendt¹, Michel Foucault², Giorgio

Agamben³, Roberto Espósito⁴, entre

outros. Desde a perspectiva crítica mais conexa com a tradição marxista, a instrumentalização e administração da vida humana também foi tematizada pelos pensadores da chamada escola de Frankfurt, Walter Benjamin⁵, Theodor Adorno⁶, Max Horkheimer⁷, e os neomarxistas Paolo Virno⁸,

1 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas. 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote.1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon168> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon206>. Veja também, na edição 207 de 04-12-2006, a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, de Michelle-Irène Brudny disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada *‘História da loucura’ e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à **IHU On-Line** 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://bit.ly/ihuon325>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o *XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da **IHU On-Line** que traz o mesmo título que o evento, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível para download em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Agamben Giorgio Agamben** (1942): Filósofo italiano. É professor da *Facolta di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Universitá di Macerata*, *Universitá di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unidos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções tecnológicas, culturais, indivíduos e sociedades*. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Roberto Espósito** (1950): Filósofo ita-

liano, conhecido por seu trabalho em biopolítica. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Theodor Adorno** [Theodor Wiesengrund Adorno] (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista **IHU On-Line**, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon386>. A conversa foi motivada pelo palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Intersubjetividade*. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Max Horkheimer** (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente como fundador e principal pensador da Escola de Frankfurt e da teoria crítica. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Paolo Virno** (1952): filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da consciência de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2003); *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life* (Nueva York: Semiotext, 2004) e *Quando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2005). Confira a entrevista com o filósofo na edição 161 da **IHU On-Line**, de 24-10-2005, *O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon161>. (Nota da **IHU On-Line**)

Michel Hardt⁹, Antoni Negri¹⁰, entre muitos outros.

Cada um dos pensadores destaca em seus estudos aspectos importantes desta complexa problemática. Uma das teses relevantes desta problemática foi desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault na sua obra *Segurança, território, população* (São Paulo: Martins, 2008), correspondente ao curso de 1978 que ministrou no Collège de France. Nesse curso, Foucault faz um estudo genealógico para rastrear o surgimento da noção moderna de governo.

É conveniente lembrar que a genealogia é um método filosófico que tem por objeto subsidiar na compreensão crítica do presente. Não é possível ter uma leitura crítica da realidade sem compreender a historicidade de nossas verdades e práticas. A genealogia nos permitirá tomar consciência das contingências, dos interesses, assim como dos jogos de poder, que estão por trás de cada discurso ou prática, instituição ou verdade, em que estamos envolvidos. A genealogia é o pré-requisito de uma transformação pertinente.

2. Uma das primeiras questões que Foucault chama atenção é para

⁹ Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line).

“A noção de governo é clássica na filosofia política, porém o problema do governo só se tornou um tema e um problema central na modernidade”

o fato de que antes do século XVI a noção de governo encontra-se, vez por outra, mencionada em diversos tratados clássicos, porém são muito escassos os tratados ou estudos sobre o governo. Surpreendentemente, a partir do século XVI e principalmente no século XVII, encontramos uma ampla literatura sobre o assunto. Nesses séculos proliferam os tratados do governo nas diversas sociedades e versões possíveis, sendo uma temática que não deixou de crescer até nosso momento. Por que ocorreu esta mudança tão significativa?

A abundância de literatura sobre o governo indica que, nesses séculos, o governo se tornou uma questão central para as sociedades da época. Algo que contrasta com a indiferença com a qual a questão do governo foi tratada nas sociedades antigas e medievais. Por que o governo se tornou uma questão central para as sociedades modernas? E ainda, qual a diferença entre a noção moderna de governo, que é problematizada tão intensamente, e a noção clássica de soberania, tão comum a todos os tratados pré-modernos?

Para abordar esta questão, Foucault analisa, em primeiro lugar, as diversas noções da categoria governo no século XVI. Encontramos que a temática do governo eclode no século

XVI sob os diversos aspectos da vida humana. O problema de como governar os filhos se tornará objeto da pedagogia; o governo de si, com o retorno ao estoicismo, se tornará objeto da filosofia; o governo das almas aparece como uma grande preocupação das pastorais cristãs, tanto católicas como protestantes; principalmente aparece uma grande literatura sobre o governo dos Estados pelos príncipes. As questões de como se governar, como ser governado, como governar os outros, inclusive a questão de por quem devemos aceitar ser governados e como fazer para ser o melhor governador possível, todas essas questões perpassam os diversos tratados a ponto de constituir uma nova problemática intensamente debatida.

3. Um dos tratados sobre o tema mais conhecidos da época é *O Príncipe*, de Maquiavel¹¹. Foucault propõe uma leitura peculiar do príncipe em relação à problemática do governo. O Príncipe de Maquiavel mantém uma relação de exterioridade com o território e com os súditos sobre os quais detêm o poder e a soberania. A preocupação central de Maquiavel é aconselhar ao príncipe como se manter no poder na forma de soberania e domínio do território e dos súditos. Embora Maquiavel apresente traços do realismo político moderno, a sua figura do príncipe, diz Foucault, mais do que o primeiro dos modernos, representa o último dos clássicos. Pois, ele não tematiza o melhor modo de governar, mas as formas de preservar sua soberania.

Na procura da genealogia das técnicas de governo modernas, Foucault estuda tratados muito pouco conhecidos, por não dizer desconhecidos, da maioria, mas que foram muito significativos ou ao menos representativos

¹¹ Nicolau Maquiavel (1469-1527): historiador, filósofo, dramaturgo, diplomata e cientista político italiano do Renascimento. É reconhecido como fundador da ciência política moderna por escrever sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Separou a ética da política. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi dedicada a Lourenço de Médici II. Confirma a edição 427 da IHU On-Line de 16-09-2013, *A política desnudada. Cinco séculos de O Príncipe, de Maquiavel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon427>. (Nota da IHU On-Line)

da constituição das chamadas *artes de governo*. Muitos desses tratados sobre o governo se encontram entre a literatura anti-maquiavel. Um dos tratados analisados é o de, Guillaume de La Perriere¹², 1555, *O espelho político, contendo diversas maneiras de governar*. Sendo um tratado crítico de Maquiavel, propõe outra perspectiva para o Estado e o príncipe, que são as artes de governo. La Perriere explica que a noção de governo deve ser entendida de forma ampla e que nela estão envolvidas as diversas formas sociais. Governador pode ser chamado o imperador, o monarca, o rei, o magistrado, o juiz, o prelado. Mas, também, as artes de governar são necessárias para governar uma casa, governar as almas, governar crianças, governar uma família, governar um convento. Há pluralidade de formas de governo, inclusive uma imanência das práticas de governo em relação ao Estado. Algo que se opõe à relação extrínseca de soberania que o Príncipe de Maquiavel propõe. Porém, todos esses diversos tipos de governo estão dentro de um governo maior: o Estado ou sociedade.

Foucault também analisa outro tratado significativo na época, embora também pouco conhecido do grande público, *L’Oeconomique du Prince*, 1670, de François de La Mothe Le Vayer¹³(1588-1672). Numa série de textos pedagógicos para o Delfim¹⁴, Le Vayer destaca que há três tipos de governo: a) governo de si, a moral; b) arte de governar uma família, a economia; c) ciência de bem governar o Estado, a política. Esta tipologia mostra que no século XVII ainda há uma preeminência da política a respeito das outras artes de governo, porém estabelece entre elas uma continuidade de necessária, naquilo que se entende

12 Guillaume de La Perriere (1499 ou 1503-1565): artista francês, seu trabalho é normalmente associado à Renascença. Sua obra mais famosa é *Le Théâtre des bons engins* (1539). Recebeu mais atenção recentemente graças ao trabalho de Michel Foucault. (Nota do IHU On-Line)

13 François de La Mothe Le Vayer, ou Orosius Tubero (1588-1672): escritor francês, professor de Luís XIV, rei da França entre 1643 e 1715. (Nota da IHU On-Line)

14 Luís, o Grande Delfim (1661-1711): primogênito e herdeiro do rei Luís XIV da França e de Maria Teresa da Espanha. (Nota da IHU On-Line)

“A pergunta de como governar a vida humana se tornou a principal característica dos dispositivos de poder modernos”

por governo. Essa continuidade entre as diversas artes de governo se faz de forma ascendente, pois quem quiser governar o Estado tem que aprender, primeiro, a se governar a si próprio e a sua família. A pedagogia do príncipe tem essa função, ou seja, assegurar a linha ascendente do governo. Mas as artes de governo também têm uma continuidade descendente, quando um Estado é bem governado, os pais de família e os indivíduos também se dirigem como convêm. Essa linha descendente do governo, que tem por objeto a conduta dos indivíduos e a gestão da família, será função da polícia. Vemos aparecer, no século XVII, a polícia como instrumento de governo e cuidado dos indivíduos e famílias. Esta continuidade entre as diversas formas de governo é outra diferença qualitativa a respeito do Príncipe de Maquiavel no qual há uma descontinuidade radical entre o poder do Príncipe e o dos súditos.

Foucault, analisando o texto de Guillaume de la Perriere, percebe que o característico das novas artes de governo que estão sendo propostas é que não se governa o território e os súditos como uma realidade externa, mas se governa o conjunto de relações dos homens com as coisas, governam-se as relações, os homens em suas relações com as coisas. O governo, ao contrário do que propunha Maquiavel, é interno às relações que existem entre os homens e as coisas, entre os homens e a produção, o consumo, a agricultura, o comércio, etc. Por este motivo, o princípio das artes de governo é conhecer a natureza das coisas que se pretende governar, porque o que se deve governar é a

natureza das coisas, dos homens em relação com as coisas. Um exemplo da natureza desse governo está na metáfora clássica do governo do barco. Governar o barco é governar os homens que manejam as diversas funções do barco, governar a relação dos homens com as diversas partes do barco, governar as habilidades e competências dos que trabalham no barco. O que se governa é a natureza das coisas, ou se governam as coisas de acordo com a sua natureza. Este é um princípio do governo oposto ao modelo da soberania do Príncipe de Maquiavel cujo governo se faz pela imposição de sua vontade de forma estratégica, seguindo o modelo clássico da soberania absoluta.

4. A tese central da pesquisa de Foucault é que as artes de governo conseguiram se estruturar a partir da noção de economia, de tal modo que economia e governo, principalmente a partir de metade do século XVII, se tornam conceitos similares. Como se deu a conexão entre estes conceitos e práticas que originariamente pertenciam a campos semânticos e sociais diferentes? A resposta a esta questão exige uma genealogia ampla da economia e do governo, assim como dos discursos e práticas através das quais a economia se tornou uma forma de governo e o governo um método *oikonomico* de administrar a vida humana. A vastidão deste desafio tem provocado diversas pesquisas, com perspectivas diversas dos vários autores. Como indicamos anteriormente, Arendt estudou esta relação, principalmente, em sua obra, *A Condição Humana* (Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010), e Agamben o fez recentemente em várias obras, entre as que se destaca *O Reino e Glória. Uma genealogia teológica da economia e do governo* (São Paulo: Boitempo, 2011).

Foucault dedicou vários cursos, com posteriores obras publicadas posteriormente, para a genealogia do governo e da economia. Além do curso de 1978 que estamos comentando, *Segurança, território e população*, ministrou no ano anterior, 1976, *Em defesa da sociedade* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000), e no ano de 1979, *O Nascimento da biopolítica* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008).

Foucault, como Arendt, e diferentemente de Agamben, entende que, embora haja uma genealogia da economia e do governo a ser levada em conta nas sociedades antigas, na modernidade aconteceu uma ruptura qualitativa pela qual a economia se tornou o governo dos outros, e o governo se transformou numa forma econômica de administrar a vida humana como recurso natural útil e rentável. Esta ruptura moderna transformou a política numa biopolítica.

Um dos estudos em que aparece esta conexão é no verbete publicado por Rousseau¹⁵, final do século XVIII, para a Enciclopédia Francesa, intitulado: *Economia política*. Rousseau é conhecido com um dos principais filósofos contratualistas. Contudo, a agudeza do seu pensamento captou a sinuosa dificuldade que estava se estabelecendo, já no século XVIII, entre as teorias modernas da soberania (contratualismo) e as novas formas de governo (economia). No verbete mencionado, Rousseau comenta que classicamente o conceito economia designa o governo da casa para o bem comum da família. Porém, segundo Rousseau, esse modelo não deve ser mais aceito, já que em “nossos dias” a questão da economia política não é mais a mera questão familiar. A questão moderna da economia é saber como o bom governo da família poderá, *mutatis mutandis*, ser introduzido na gestão geral do Estado. O que Rousseau sustenta é que governar um Estado moderno implicará introduzir a economia como técnica de gestão dentro do próprio Estado, de tal forma que a economia, superando os limites

15 Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da IHU On-Line, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da IHU On-Line)

“Não é possível ter uma leitura crítica da realidade sem compreender a historicidade de nossas verdades e práticas”

da família, se torne o modo de governo de todo o Estado. Isso significa estabelecer modos para governar os habitantes, controlando suas riquezas, vigiando suas relações e condutas, assim como um pai de família faz sobre sua casa e seus bens.

Para Rousseau, no verbete indicado, a economia política tem por objetivo definir uma arte de governo. Depois, na sua obra *O contrato social* (Porto Alegre: L&pm, 2007), deslocará o enfoque do tema visando elaborar uma teoria da soberania através do contrato. Porém, nessa obra, *O contrato social*, Rousseau diz que o problema agora é saber como é possível, a partir das noções fundamentais do discurso contratualista como “natureza”, “contrato” e “vontade geral”, elaborar um princípio geral de governo que seja ao mesmo tempo um princípio de soberania acorde com as artes de governar, a economia política.

5. A conexão entre o governo e a economia teve um destaque especial, e posterior relevância, na obra de Quesnay¹⁶ (1694-1774), *Máximes générales*

16 François Quesnay (1694-1774): médico da corte do rei francês Luís XV (1710-1774). Sua obra principal, *Quadro Econômico*, foi publicada em 1758. Baseado em números e dados, Quesnay demonstra a relação entre diferentes classes e setores econômicos, e o fluxo de pagamentos entre eles. Quesnay foi o precursor em alguns campos, como, por exemplo, a formulação de princípios de filosofia social utilitarista - obter máxima satisfação com o mínimo esforço. Quesnay abordou os interesses das classes num ambiente competitivo, o que seria mais tarde desenvolvido como a teoria do capital - os empresários agrícolas só podem iniciar seu trabalho devidamente equipados, ou seja, se dispuserem de um capital no

du gouvernement économique d'un royaume agricole. Quesnay, defensor da teoria fisiocrata frente ao mercantilismo, fala que um bom governo é um governo econômico. Foucault identifica em Quesnay um dos autores que, no século XVIII, consolida a noção de governo econômico no seu sentido moderno. Contudo, governo econômico é uma tautologia, já que a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia. Quesnay afirma que o termo economia está adquirindo um significado moderno identificado com a essência do governo. O termo economia designava no século XVI uma forma de governo (a da casa), no século XVIII há um deslocamento semântico do sentido da economia passando a designar um nível de realidade, um campo específico de intervenção para o governo, com seus processos e tecnologias, o campo onde se desenvolve a arte moderna de governar e ser governado.

6. A inversão semântica da economia como governo e a assimilação política do governo como administração econômica não foi um processo linear simples, ele, segundo mostra Foucault, teve diversos entraves e dificuldades que bloqueavam a construção das artes de governo modernas. Entre eles se destacam dois fatores, a soberania como regime de poder dominante e a família como paradigma da economia.

Os modelos absolutistas de soberania bloqueavam as artes de governo na medida em que discursos como o mercantilismo, fisiocratas e o cameralismo racionalizavam o exercício do poder visando aumentar o poder e a riqueza do Estado, porém o Estado se identificava com o soberano. Contudo, as novas artes de governo não ficaram como meros conselhos filosóficos dados ao príncipe, muito pelo contrário, foram estas novas artes de governo que instalaram efetivamente o aparelho administrativo das monarquias e consolidaram as novas instituições burocráticas do Estado moderno. Porém, enquanto a soberania era o

sentido de riqueza acumulada antes de iniciar a produção, mas não analisou a formação do capital e o comportamento do capital monetário e do capital real. (Nota do IHU On-Line)

problema maior e suas instituições e seu exercício do poder era pensado como desdobramento da vontade soberana, as artes de governo não conseguiram ampliar além da estrutura do poder soberano. O mercantilismo é um exemplo muito esclarecedor deste bloqueio.

O que permitiu desbloquear as artes de governo da soberania absolutista foram as teorias contratualistas do século XVII. Os juristas e filósofos deste período formularam a teoria do contrato para deslegitimar o poder absolutista, constituindo o contrato no novo marco jurídico dentro do qual encontraram legitimidade as novas artes de governo e economia, ou da economia como governo. O discurso do contrato teve um papel fundamental para desbloquear o poder absolutista e propiciar uma teoria do direito público em que todos são elementos participantes da sociedade. Porém, a teoria contratualista, segundo Foucault, não foi além da formulação dos princípios jurídicos de direito público, a modo de marco formal legitimador das novas relações. O contratualismo propiciou os princípios jurídicos e formais da legitimidade institucional, mas não se implicou na problematização das artes de governo. Por isso, não é a partir dos discursos contratualistas que poderemos fazer a genealogia das técnicas de governo modernas. Pode-se dizer que as artes de governo emergiram numa espécie de paralelismo com o contratualismo jurídico. Este servia de marco legitimador daquelas. O discurso que formulou e implementou as artes de governo modernas foi o discurso econômico. As artes de governo envolvem-se com os interesses econômicos identificando economia com governo; isso explica que, em muitos casos, são os interesses econômicos os que impõem os princípios jurídicos que melhor se ajustam aos modos de administrar a economia. Esta tensão originária entre formalismo jurídico e governo econômico continuou ao longo dos séculos até nossos tempos em que a economia se impõe, cada vez mais, como o princípio efetivo que define o marco legal que deve vigorar.

7. O segundo elemento que bloqueava as artes de governo era o

“Todo ser humano, toda criança esteve ligado à sua mãe, da qual foi separado, gerando queixas, sentimento de ser vítima, de ressentimento”

paradigma da família. O conceito de economia originou-se como gestão da *oikos*, casa, a diferença à política que era o modo de governo da *polis*. A casa era administrada a partir de decisões hierárquicas do pai de família que governava as pessoas e os bens. A polis era o espaço em que ninguém governava a ninguém, todos se autogovernavam. A casa era o espaço da obediência, a polis o espaço da autonomia. A casa subjetivava os súditos, a polis exigia cidadãos. A casa administrava a vida a partir de uma decisão hierárquica, a polis governava por decisão coletiva. A modernidade elaborou os dois tipos de discursos e práticas de forma paralela e imbricada. A teoria contratualista quis recuperar os princípios da política clássica até conseguir fazer da democracia um modelo de governo e do cidadão um sujeito formal de direitos. Porém, concomitantemente ao contratualismo jurídico, a economia moderna entendeu que o melhor modo de governar era o da *oikos*. Melhor dizendo, a arte de governar moderna se identifica com o modelo da *oikos*, fazendo da economia uma gestão política das vidas e bens, e tornando a política uma administração utilitária das relações sociais. O problema dos séculos XVII-XVIII era como governar um Estado em sua complexidade e extensão a partir de um modelo tão restrito como era o da família.

Foi um conjunto de processos gerais, como a expansão demográfica do século XVIII, a abundância monetária, o aumento da produção agrícola, associado ao novo discurso da estatística como ciência do Estado, que percebeu que havia um fator essencial para a riqueza e para o governo do Estado que não tinha sido apreendido nas sociedades antigas – esse fator era a *população*. A população foi criada como um recorte conceitual da massa dos súditos que, agora, são identificados a partir da sua condição biológica de meros seres humanos com necessidades e desejos. São esses seres biológicos agrupados na categoria de população que devem ser governados. O desbloqueio do modelo da família pelas artes de governar foi possível porque foi criado como novo objeto de governo, o recorte da população. A estatística (ciência do Estado), que até então tinha funcionado nos marcos da burocracia monárquica, da administração das instâncias soberanas, descobre que a população é um elemento biológico-material com variáveis específicas, cujo modo de governo não é redutível à família: epidemias, migrações, espiral trabalho e riqueza, trabalhadores, produtores, consumidores, etc., são as novas variáveis naturais que devem ser governadas. O governo da população, seguindo os princípios das artes do governo, se faz a partir da natureza dessa população, dos seus interesses, desejos, expectativas. Como ficou dito anteriormente, o governo deve levar em conta a natureza das coisas que governa, neste caso a da população. Governa-se a população a partir da sua natureza. Em verdade o que de agora em diante o objeto de governo será a vontade coletiva da população, uma vontade que tem regularidades naturais que se expressam na noção de interesse próprio.

O olhar da perspectiva histórica nos permite perceber que o ideal do governante moderno é conseguir produzir a vontade da população de tal modo que ela deseje o que está previsto e conduza seu comportamento segundo os desejos nela produzidos. O bom governo da população consiste em governar sua vontade provocando nela necessidades, produzindo seus desejos, modelando as expectativas,

formatando hábitos, enfim, criando subjetividades sujeitadas.

A população emergiu no século XVIII como objeto a ser governado, enquanto as teorias jurídicas formulavam o conceito de povo como sujeito formal da soberania. A família vai ficar como um elemento interno da população, apoio fundamental para governá-la. A família passa de modelo paradigmático a instrumento de governo das populações. A população é a meta do governo, sua finalidade última. O objetivo do governo não mais será preservar o poder do governante (Maquiavel), nem a justiça ou o bem comum abstrato (soberania clássica), mas melhorar a sorte das populações: alimentação, saúde, moradia, trabalho, etc., na medida em que a população qualitativamente melhorada reverte numa maior riqueza do Estado e do mercado. A população aparece como um sujeito consciente do que ela quer e inconsciente do que a fazem fazer.

8. A noção de interesse passará a operar como categoria que estimula o comportamento natural da população. O bom governo governa os interesses da população, o melhor governo é aquele que fabrica aquilo que a população deve desejar, aquilo que lhe interessa e ao que devem aspirar os indivíduos. O interesse se torna o alvo e instrumento do governo das populações. Governam-se as aspirações, os desejos, os interesses, as vontades. Nasce uma nova arte de governo, uma arte biopolítica do governo dos outros, que é a economia política.

A economia política se configurou como uma ciência e, ao mesmo tempo, uma intervenção característica das artes de governo modernas. Ela deve governar a nova rede de relações entre população, território e riquezas. Já no século XVIII, a economia política suplanta o regime da soberania através das técnicas de governo, fazendo da população um objeto a ser governado. Se neste século as teorias da soberania impuseram o povo como sujeito da soberania e sujeito de direito, neste mesmo período, o discurso da economia política elaborou um conjunto de técnicas de governo para administrar a população. O povo é sujeito de governo, a população objeto a ser governado; o povo se subjetiva na

forma de cidadania, a população cria consumidores/produtores; o povo é sujeito formal da soberania, a população é objeto das políticas de governo. A tensão contraditória que perpassa estas duas práticas coetâneas de soberania e governo explica, em grande parte, a crise das democracias contemporâneas, muito mais formais que democráticas, e a crise dos Estados de direito, muito mais administradores econômicos que garantidores dos direitos de cidadania.

A emergência da economia política como técnica de governo não significa que a temática da soberania desapareceu ou que sequer deixou de ser importante nas sociedades modernas. O problema da soberania nunca foi tão debatido como na modernidade, porém em vez de, como ocorria nos séculos XVI-XVII, tentar deduzir as artes de governar do modelo da soberania, no atual modelo da economia política trata-se de deduzir uma teoria da soberania que legitime as novas técnicas de governo, que são técnicas econômicas e biopolíticas. As teorias da soberania, agora, procuram criar modelos institucionais e jurídicos que sejam condizentes com as exigências das novas técnicas de governo.

Um exemplo da importância da soberania nesta nova perspectiva encontra-se nas obras de Rousseau mencionadas anteriormente. No *Contrato social*, Rousseau expõe o dilema que existe ao pensar a soberania moderna de tal forma que seus princípios jurídicos possam servir para viabilizar as novas artes de governo da economia política. O problema da soberania não é eliminado, mas deslocado para a procura de princípios e instituições que legitimem as técnicas de governo, com isso o problema moderno da soberania se torna muito mais agudo. É o caso de nossas democracias contemporâneas ajustadas na forma de meros modelos jurídicos formais que servem para legitimar o capitalismo imperante como sistema econômico de governo.

9. Segundo Foucault, a disciplina também não é eliminada. Ela é essencial para administrar a população, tem que administrar os comportamentos globais da massa, mas também o detalhe de cada indivíduo. Não há substituição de um poder por

outro (soberania-disciplina-biopolítica/governo). Encontramos uma triangulação deles, cujo alvo é a gestão da população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. Governo/população/economia emergem desde o século XVIII como nova trindade do poder biopolítico.

A genealogia das técnicas de governo mostra que o Estado é mais o produto destas formas de governo que uma entidade externa que as pensou. Este breve percurso genealógico mostra uma radiografia mínima da historicidade do Estado em que aparece como resultado das práticas governamentais que, da mesma forma que foi produzido, poderá ser desconstruído. Foucault entende que o nosso problema contemporâneo não é uma estatização da sociedade, mas uma governamentalização do Estado. Vivemos na era da governamentalidade produzida no século XVIII. Uma governamentalidade que é eminentemente econômica e está gerida pelos interesses econômicos que administram economicamente a vida humana e o conjunto do planeta a modo de recursos produtivos úteis e rentáveis.

Embora Foucault defenda a tese de que as atuais técnicas de governo, a economia política, é uma inovação da modernidade e como consequência uma ruptura com os modelos clássicos, entende que essa ruptura não aconteceu sem, concomitantemente, dar continuidade a outras técnicas semelhantes que desde as sociedades antigas serviram para gerenciar a vida das pessoas. Entre elas, Foucault destaca a importância do que ele denominou de poder pastoral. Para Foucault, há concomitantemente uma ruptura e uma continuidade entre as técnicas de governo da economia política no Estado moderno e as técnicas de poder pastoral das sociedades antigas, principalmente do pastorado cristão. Este foi implementado durante os séculos anteriores, e seus discursos e práticas de cuidado de cada ovelha e de todo o rebanho ao mesmo tempo desembocaram nas técnicas modernas de gestão do Estado que procura ter o controle individual de cada cidadão e a gestão coletiva da população: *omnes et singulatim*. Esta é uma questão que merecerá um outro trabalho específico.